

DESIGUALDADE RACIAL, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.

Elienai R.Fonseca¹, Consuela de Souza Romão², Marcelo Expedito Costa³, Ana Maria da S. Raimundo⁴, Vera Lucia Ignácio Molina⁵

^{1, 2, 3, 4, 5}, Faculdade de Ciências da Saúde. Curso de Serviço Social. UNIVAP.

elienaifonseca@yahoo.com.br, consuela.romão@hotmail.com, mec64sjc@ig.com.br
anacebs@hotmail.com, vlim@uol.com.br

Resumo- Preconceito e Discriminação – são problemas mundiais, que não tem fundamentos biológicos e nem genéticos, mas na sociedade brasileira a ideologia da democracia racial impôs a questão sobre o preconceito e a discriminação pela cor. Os movimentos organizados de combate ao preconceito ampliaram o foco da questão, ao longo das décadas de 80 e 90, ao perceberem que o preconceito de cor não era o único problema a ser enfrentado, mas as atitudes e comportamentos discriminatórios presentes nas áreas educacionais e profissionais. O desequilíbrio já se evidencia no acesso à escola fundamental, onde mesmo com uma melhor situação, socioeconômica, ainda persiste uma diferença nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não brancas.

Palavras-chave: Preconceito; Discriminação; Serviço Social; Desigualdade.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

Introdução

O preconceito e a discriminação ainda hoje são males universais, um dos principais motivos para conflitos no mundo. Flagelos que não encontram razão na biologia e na genética, segundo Chauí (apud, 2007, p.28). Estas ciências demonstram que há diferenças na formação anatômico-fisiológico dos seres humanos em decorrência de diferenças internas do organismo e do meio ambiente, e que tais diferenças não produzem raça. Raça, portanto, é uma palavra inventada para avaliar, julgar e manipular as diferenças biológicas e genéticas. Embora não tenha qualquer valor biológico o uso do termo raça continua importante nas interações sociológicas, portanto deve ser levada em conta das análises sociológicas e históricas (Telles, 2003).

De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo CRESS SP, a desigualdade social brasileira não atinge todas as etnias da mesma forma. O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada IPEA revelou em

2001, que a remuneração mensal paga aos trabalhadores negros, de R\$ 331,00 corresponde a menos da metade da renda média recebida por trabalhadores, brancos, de R\$ 696,00. Ainda no mesmo ano, 10,7% da população negra – ou 45,3% da população brasileira – estavam desempregados, enquanto que entre os brancos a taxa era de 8,3%.

Recomendado pelas Nações Unidas, as ações afirmativas são medidas tomadas ou determinadas pelos Estados para corrigir desigualdades provocadas por discriminações no passado. Cabe salientar que a ação afirmativa é uma ênfase política temporária. Para ter efeitos, portanto, no curto espaço de tempo de vida útil, precisa ser radical nos intentos, profunda no alcance e rápida na cura e prevenção de novo ciclo de mazelas sociais (MALINSKI, A, T, 2004, p1).

Este trabalho visa esclarecer as diferenças e semelhanças conceituais do termo preconceito e discriminação, comparando representantes das décadas de 80 e 90 e a expansão desse processo,

por meio de índices, na primeira década do século XXI.

Revisão da Literatura

Nesta etapa será apresentada uma síntese dos autores das décadas de 80 e 90 que estudaram as questões do preconceito e discriminação. Pereira (2007) diferencia o preconceito da discriminação. “O preconceito é uma atitude psicológica, já a discriminação é quando o preconceito se concretiza em ato. E o que se consegue punir não é o preconceito, mas só a discriminação”.

2.1 A década de 80

O diagnóstico técnico sobre o caráter racial das desigualdades sociais brasileiras já era internacionalmente conhecido desde 1980 (SILVA, 1978; HASENBALG, 1979 apud GUIMARÃES, 2003 p.4). A crise educacional brasileira, inclusive o acesso restrito de negros ao ensino superior, a má qualidade da escola pública e a grande desigualdade racial em todos os níveis de ensino já eram amplamente discutidas nos meios intelectuais e políticos quando o governo social-democrata de Fernando Henrique tomou posse em 1995. Em um importante artigo publicado em 1990, em que analisam dados de 1982, (Hasenbalg e Silva, 1990 apud GUMARÃES, 2003), por exemplo, chamavam a atenção para o fato de que, com relação ao acesso ao sistema escolar, uma proporção mais elevada de crianças não brancas ingressa tardiamente na escola. Além disso, a proporção de pretos e pardos que não têm acesso de todo à escola é três vezes maior que a dos brancos. Essas desigualdades não podem ser explicadas nem por fatores regionais, nem pelas circunstâncias socioeconômicas das famílias. Embora uma melhor situação socioeconômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola independentemente de sua cor, ainda persiste uma diferença clara nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não brancas mesmo nos níveis mais elevados de renda familiar per capita. (HASENBALG e SILVA, 1990, p99 apud GUIMARÃES, 2003 p.4).

Na verdade, durante todos os anos 80 e na primeira metade dos 90 que antecederam a posse de Cardoso, as mobilizações em torno do centenário da Abolição da Escravatura e dos 300 anos de Zumbi possibilitaram que o diagnóstico sobre as desigualdades raciais brasileiras, fosse

amplamente discutido na imprensa (GUIMARÃES, 2003 p.5). Especialmente porque a partir da regulamentação das disposições transitórias da Constituição de 1988, que tornou crime a prática de preconceitos de raça, passou a existir uma grande movimentação das Ongs negras em torno da denúncia e da perseguição legal contra atos de discriminação. Foi justamente o esgotamento da estratégia de combater as desigualdades punindo a discriminação racial que levou as entidades negras a demandarem políticas de ação afirmativa.

A partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura e da promulgação da nova Constituição, as lideranças negras começaram a desenvolver um intenso trabalho na área de defesa dos direitos civis dos negros, principalmente aqueles garantidos pela nova carta, que tornou os “preconceitos de raça ou de cor” crime inafiançável e imprescritível. No entanto, passados poucos anos, já se fazia claro para essas organizações que a luta por direitos necessitava transpor os limites do combate aos “crimes de racismo”. Paulatinamente, portanto, voltaram-se essas organizações para o governo federal a demandar “ações afirmativas”, tais como o governo norte-americano adotara nos anos 60 e o governo sul-africano, de Nelson Mandela, passara a discutir.

Essa demanda representou uma importante guinada na pauta de reivindicação dos negros brasileiros, dando início a uma era de luta contra as desigualdades sociais do país, vistas agora como “raciais”, independentemente do combate à discriminação e ao preconceito (GUIMARÃES, 2003 p.2).

2.2 A década de 90

A partir de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso passou a dar mais espaço para que a demanda por ações afirmativas, formulada pelos setores mais organizados do movimento negro brasileiro, se expressasse no governo. A razão para tal abertura deu-se não apenas à sensibilidade sociológica do presidente, ou à relativa força social do movimento, mas também à difícil posição em que a doutrina da “democracia racial” encunava a chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais frequentados por Ongs negras. O país, que se vangloriava de não ter uma questão racial, era reiteradamente lembrado das suas “desigualdades raciais”,

facilmente demonstráveis pelas estatísticas oficiais, sem poder apresentar, em sua defesa, um histórico de políticas de combate a essas desigualdades.

Era em busca de uma saída política que o presidente queria trazer o debate sobre ações afirmativas para perto do governo (GUIMARÃES, 2003 p.4).

Nos primeiros tempos, de 1995 até bem recentemente, a reação da sociedade civil, representada pelos seus principais intelectuais e meios de comunicação de massa, foi largamente contrária à adoção de políticas de cunho racista. O movimento negro, assim como os poucos intelectuais brancos que defendiam tais políticas, viu-se politicamente isolado, por mais de uma vez, sob a acusação de focalizar e deixar-se colonizar culturalmente pelos valores norte-americanos. De fato, nada mais contrário à identidade nacional brasileira, tal como foi formada historicamente – como identidade anticolonial, culturalmente híbrida e racialmente mestiça -, que o reconhecimento étnico-racial dos negros. Assim, os que porventura, tinham sólidos interesses na manutenção das desigualdades encontraram aliados cujos motivos eram puramente ideológicos, pessoas que viam nas políticas dirigidas preferencialmente aos negros a penetração no Brasil do “multiculturalismo” e do “multirracialismo” de extração anglo-saxônica (GUIMARÃES, 2003 p.5).

Não foi surpresa, portanto, que alguns setores do governo, mesmo diante do diagnóstico de que as barreiras educacionais que atingem os negros são o principal entrave à igualdade racial no país (SILVA, 2001 apud GUIMARÃES, 2003 p.5), tivessem resistido duramente toda administração de Cardoso, a adoção de medidas racialistas. O ministério da Educação, sobretudo, recusou-se aceitar o caráter racial das desigualdades educacionais, preferindo atribuí-las ao mau funcionamento do ensino fundamental público e questão de renda e classe social. Para o ministro Souza (2001), o problema de acesso do negro às universidades só poderia ser resolvido pela universalização do ensino de nível fundamental e médio e da melhoria das suas condições de funcionamento, ou seja, por meio da política implementada durante sua gestão (1995-2002) (GUIMARÃES, 2003 p.5).

Em relação à pobreza, a ação governamental foi relativamente bem sucedida, mesmo porque tal redução pode ser atribuída, em grande parte, à estabilização econômica, lograda com o Plano Real. Segundo os números do governo brasileiro (BRASIL, 2000, p 23), de 1990 a 1997, reduziu-se em 10 pontos percentuais o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza (de 44% para 34% da população).

Mas, se a estabilidade diminuiu a pobreza absoluta, as desigualdades sociais, principalmente as raciais, não parecem ter diminuído. É o que dizem Barros, Henriques e Mendonça: “... o maior declínio no grau de desigualdades, apesar de pouco relevante, encontra-se na entrada da década, entre os anos de 1989 e 1992. Em particular, no que se refere ao Plano Real, não dispomos de evidência alguma de que tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução importante...” (2001, p.38) (GUIMARÃES, 2003 p.5).

Proposição:

Este estudo tem como cenário as décadas de 80 e 90, pois é onde se concentram os autores e os estudos que focalizam os conceitos dos termos preconceito e discriminação.

3.1 Problema de Pesquisa

As semelhanças encontradas nas duas décadas foram as desigualdades sociais e raciais e a grande diferença entre as duas foram a introdução das ações afirmativas nos anos 90 e a redução de 10% da linha da pobreza.

Metodologia

Trata-se de uma releitura do conceito referente aos termos preconceito e discriminação, utilizado e trabalhado pelos autores nos anos de 80 e 90. A seleção destes autores se deu pelo uso das seguintes palavras chaves: Preconceito; Discriminação; Serviço Social; Desigualdade. Décadas de 80 e 90. Os artigos deveriam se concentrar em revistas voltadas para as questões sociais.

Resultados e Discussão

<p>Década de 80 Desigualdade racial no meio escolar. A proporção de negros que não tem acesso de todo às escolas é três vezes maior que os brancos. Grande movimentação das Ongs negras em torno da denúncia e da perseguição legal contra atos de discriminação. Foi uma era de luta contra as desigualdades sociais do país, vistas como “raciais”.</p>	
<p>Década de 90 Demanda por ações afirmativas, foi discutido o problema de acesso do negro às universidades. Reduziu-se 10 pontos percentuais o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza. As desigualdades sociais, principalmente o preconceito e a discriminação não diminuíram.</p>	
Semelhanças	Diferenças
<p>As desigualdades sociais e raciais. Dificuldade para entrar na escola, universidade. Preconceito e discriminação nas duas décadas.</p>	<p>Movimentação das ONG’s. Ações afirmativas. Redução de 10 pontos % na linha da pobreza.</p>

Quadro 1 – Identificação das semelhanças e diferenças.

Comparando os estudos feitos sobre as questões do preconceito e discriminação nas décadas de 80 e 90, observou-se uma mudança no enfoque da questão. Na primeira década estudada a prioridade dos movimentos sociais, envolvidos no assunto, era de combater o preconceito que é um sentimento psicológico. Já na década seguinte ampliou-se o foco, as desigualdades sociais são vistas como raciais, independentemente do combate ao preconceito e a discriminação, que é o preconceito transformando em ato. Os movimentos organizados de combate ao preconceito e a discriminação vem dialogando não só com o Estado, mas principalmente com a sociedade.

Considerações Finais

Entre as duas décadas a principal diferença foi o surgimento das ações afirmativas e as semelhanças foram as desigualdades sociais e raciais. A partir dos anos 90 observou-se uma maior movimentação das Ong’s, baseadas nas leis de inclusão americana, por ações afirmativas, que são medidas tomadas ou determinadas pelos Estados para corrigir desigualdades provocadas por discriminações do passado. A questão do racismo foi aos poucos, sendo substituído pelos processos de preconceito e discriminação, com o intuito de revelar as desigualdades sociais e raciais.

Referências Bibliográficas

- CHAUI, M. (apud, 2007, p.28-29) Somos Racistas? Revista Filosofia: Ciência e Vida. Ano I(n.09).
- GUIMARÃES, A, S, A. Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, n.118, p.2-6 São Paulo, março 2003.
- HASENBALG, C; SILVA, N. do V. (apud, 2003, p.4). Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisas n. 118, São Paulo, março 2003.
- MALINSKI, A, T. A face negra do Brasil: do mito ao esboço de uma nova realidade. Revista Espaço Acadêmico, n.41. Outubro de 2004, ano IV p.1 <http://www.espaçoacademico.com.br> Acessado em 18/05/2009
- PEREIRA, p. Somos Racistas? Revista Filosofia: Ciência e Vida. Ano I (n.09), 2007, p.25-30.
- TELLES, E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica, Rio de Janeiro, Relume Dumará – Fundação Ford, 2003, p.38.

